



DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2026.267869>

Artigo submetido em 03/09/2025, aceito em 10/12/2025

Análise socioambiental: relações de crescimento econômico do complexo industrial portuário de Suape

Socio-environmental analysis: economic growth relations of the Suape industrial and port complex

Wanderson Paulo Melo da Silva¹

¹Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE)
e-mail: wanderson.paulo@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7060-9905>

Antônio Henrique Bernardo de Souza e Silva²

²Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE)
e-mail: antonio.bernardosouza@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5802-3094>

Heverson Douglas da Costa Nascimento³

³Graduado em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE)
e-mail: heverson.costa@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9040-7747>

Priscila Felix Bastos⁴

⁴Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco do Departamento de Geografia (UPE/DCG)
e-mail: priscila.bastos@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2743-172X>

Resumo

O Complexo Industrial Portuário de Suape, situado no litoral sul de Pernambuco, destaca-se como um dos principais empreendimentos econômicos do Nordeste, ao mesmo tempo em que gera impactos sociais e ambientais significativos. Este artigo analisa as contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social a partir do caso de Suape, com enfoque na comunidade de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com moradores, buscando compreender as percepções locais sobre os efeitos do porto. Os resultados revelam que, embora haja geração de empregos e dinamização da economia regional, persistem desigualdades socioespaciais, dependência do turismo informal e fragilidade ambiental. Conclui-se que o crescimento proporcionado por Suape não se traduz plenamente em desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade de políticas públicas que conciliam progresso econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, desigualdade socioespacial, impactos ambientais, complexo industrial portuário de Suape.

Abstract

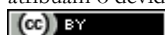
The Suape Industrial and Port Complex, located on the southern coast of Pernambuco, stands out as one of the main economic enterprises in the Northeast of Brazil, while also generating significant social and environmental impacts. This article analyzes the contradictions between economic growth and social development through the case of Suape, focusing on the community of Gaibu, in Cabo de Santo Agostinho. The research employed bibliographic review, document analysis, and interviews with residents to understand local perceptions about the port's effects. Results show that, although jobs are generated and the regional economy is stimulated, socio-spatial inequalities, dependence on informal tourism, and environmental fragility persist. It is concluded that the growth promoted by Suape does not fully translate into sustainable development, highlighting the need for public policies that reconcile economic progress, social inclusion, and environmental preservation.

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v.15, n. 01, e267869, p. 01-18, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2238-8052.

<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2026.267869>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



Keywords: regional development, socio-spatial inequality, environmental impacts, Suape industrial and port complex.

1 Introdução

O crescimento econômico e desenvolvimento econômico são expressões semelhantes, mas apresentam significados distintos, o crescimento está ligado completamente ao lucro, e o desenvolvimento está ligado ao capital e ao bem-estar social. Sabendo disso, entendemos que todo crescimento econômico oferecido pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) se torna pouco aproveitado se não houver desenvolvimento para as comunidades circunvizinhas, assim, além dos impactos sociais, temos os impactos ambientais, que causam desequilíbrios ecológicos. Servindo de pontes por meio do porto, trazendo animais de outros ecossistemas, ou poluindo e contaminando todo o território. Como descreve o professor Dr. Jorge Araujo, em fala no documentário “Suape: desenvolvimento para quem?” (ZEST ARTES, 2015) sobre os impactos do CIPS no litoral sul de Pernambuco:

Sempre temos a necessidade de ter que modificar a natureza para sobreviver, mas quando a gente pesa a relação custo-benefício ou o uso e destruição, vemos que está muito distante da relação de benefícios socioambientais e dos benefícios de aprimoração, para poucos terem o lucro. Então, essa diferença é muito grande. Quando falarmos de benefício ambiental ou socioambiental, por exemplo, a gente busca sempre como geógrafo o que a palavra desenvolvimento é, bem clara, porque se você produz algo que não for beneficiar a sociedade e também ter o cuidado de adequação e adaptação à natureza, você está produzindo e não está desenvolvendo. Você está crescendo e não está desenvolvendo, então isso é bem claro quando vemos uma produção em escala rápida, sem os cuidados que devemos ter com a natureza e principalmente com a sociedade que está no entorno, ou a adequação dessa população. (Informação verbal).

Nesse sentido, entendemos que além de impactar diretamente o meio físico, o meio social também é afetado, assim, os principais impactos são: a poluição de rios, a emissão de gases poluentes, a descaracterização do estuário, a contaminação do solo e a redução dos ecossistemas aquáticos. O CIPS, localizado no litoral sul de Pernambuco, constitui um dos maiores empreendimentos logísticos e industriais do Brasil, desempenhando papel estratégico tanto para a economia regional quanto para a nacional. Criado oficialmente em 1978, Suape foi planejado para atender à demanda crescente de comércio exterior e para atrair investimentos privados, especialmente nas áreas de petroquímica, logística e construção naval. Contudo, a instalação e expansão do complexo também geraram intensos debates acerca de seus impactos socioambientais.

A relevância de analisar este espaço decorre da contradição entre os benefícios econômicos da geração de empregos, dinamização do comércio e atração de investimentos e os custos sociais e ambientais, como a remoção de comunidades tradicionais, a degradação dos manguezais e as alterações nas formas de subsistência da população local. Essa contradição levanta uma questão central: até que ponto o crescimento econômico promovido por Suape se traduz em desenvolvimento sustentável para

a região.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as relações entre crescimento econômico e desenvolvimento social no entorno do Complexo de Suape, investigando de que maneira seus efeitos impactam a vida dos moradores do bairro de Gaibu, no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco - Brasil. Além de refletir sobre a fragmentação socioespacial decorrente da presença do porto, busca-se também compreender as percepções da população acerca dos benefícios e malefícios advindos desse processo. Assim, a pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico sobre desenvolvimento regional, sustentabilidade e justiça socioambiental, fornecendo subsídios que possam orientar políticas públicas mais equilibradas entre crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social.

Braga (1989) destaca que a maior parte das destruições dos ecossistemas são causadas por intervenções antrópicas como, por exemplo, a construção do CIPS que trouxe para região grandes problemas ambientais e sociais. Como a retirada de povos que residiam na região, um exemplo, é a retirada dos moradores da ilha de Tatuoca, direta e indiretamente causam empecilhos à convivência entre os moradores, a perda da identidade que o indivíduo tem com o espaço vivido.

Entendendo que este é um dado de 1989, concluímos que este impacto ambiental pode estar mais enraizado do que solucionado. Além disso, temos os impactos sociais, levando em consideração a renda e bem-estar das pessoas que vivem no entorno. Na “alta” do CIPS, na sua construção e ativação das atividades, muitos trabalhadores foram captados para construir o porto. Com o aumento da demanda de mão de obra, muitos trabalhadores abandonaram suas atividades habituais para atuar na construção do complexo, desse modo, desequilibrando a economia local. Sendo assim, o complexo industrial não afetou apenas a economia local, mas todo o equilíbrio ecológico e social do local.

2 Desenvolvimento e Crescimento Econômico, Complexo Industrial Portuário de Suape

O crescimento do Complexo está atrelado ao ganho econômico e magnitude do investimento, não está exatamente ligado ao desenvolvimento das áreas que orbitam o local. Dado isso, entende-se que algo tão grande quanto o CIPS poderia gerar um grande desenvolvimento local para as comunidades que estão no seu entorno, porém, áreas como Gaibu, permanecem com um modelo econômico voltado para o turismo e atividades informais. Além disso, os impactos ambientais que o empreendimento causa e causou.

O Complexo Industrial Portuário de Suape representa um dos principais polos de crescimento econômico do Nordeste, reunindo mais de 100 empresas instaladas e atraindo investimentos nacionais

e internacionais em setores como petroquímica, logística, energia e construção naval. De acordo com dados oficiais do Governo de Pernambuco, Suape responde por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, além de movimentar milhões de toneladas de cargas anualmente.

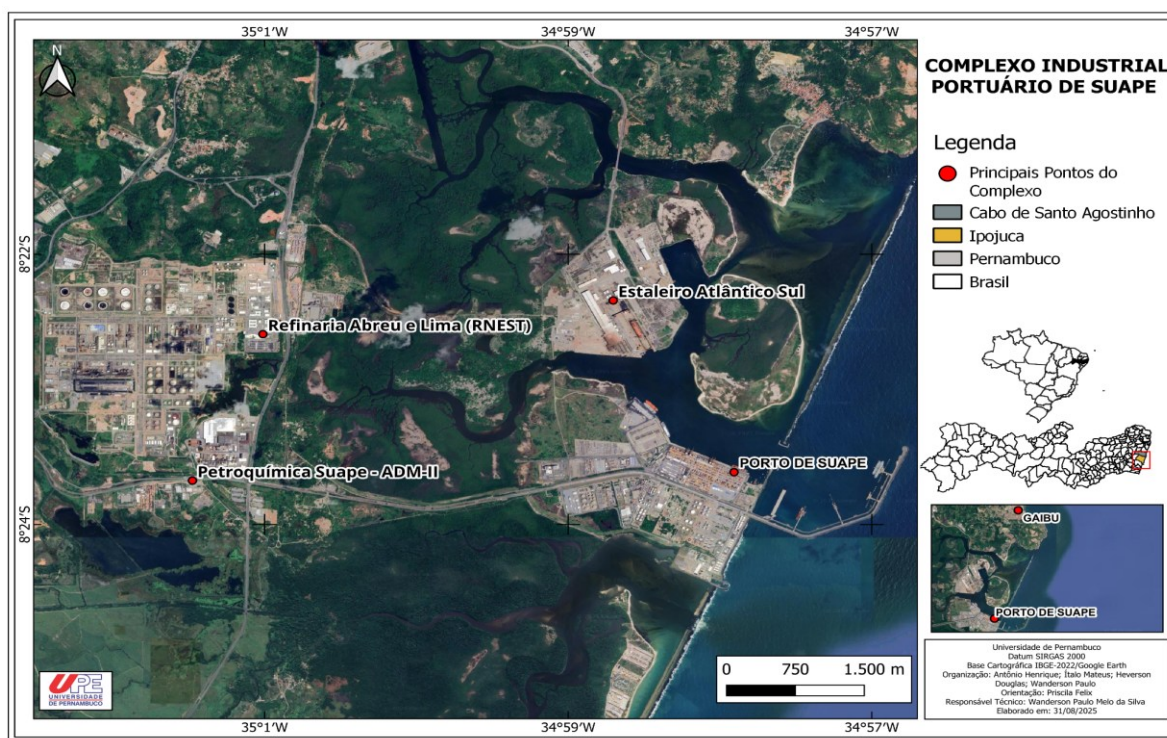
Apesar de sua relevância econômica, a relação entre crescimento e desenvolvimento no caso de Suape revela contradições. Embora a instalação do complexo tenha ampliado a arrecadação e gerado empregos diretos e indiretos, tais benefícios não foram distribuídos de forma equitativa entre a população local. Muitas comunidades tradicionais, como pescadores e agricultores familiares, tiveram suas áreas de subsistência comprometidas, sofrendo com a perda de território e a dificuldade de inserção no novo modelo econômico.

Essa contradição evidencia a diferença entre crescimento econômico, centrado no aumento da produção e do lucro, e desenvolvimento, que deveria contemplar bem-estar social, infraestrutura de qualidade e preservação ambiental. Sendo assim, o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando há equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental, algo ainda distante na realidade de Suape.

Além disso, o avanço do complexo reforça processos de fragmentação socioespacial, onde áreas como a Reserva do Paiva se consolidam como espaços voltados às elites e ao capital internacional, em contraste com localidades como Gaibu, que dependem fortemente do turismo e da economia informal. Assim, Suape torna-se um exemplo emblemático de como grandes projetos de infraestrutura podem simultaneamente impulsionar o crescimento econômico e aprofundar desigualdades sociais e ambientais.

Portanto, compreender o CIPS exige analisar não apenas os índices de movimentação de cargas e investimentos, mas também os impactos no cotidiano da população circunvizinha. A pergunta central que se coloca é: o crescimento promovido por Suape tem se traduzido em um desenvolvimento inclusivo e sustentável ou em um modelo de modernização excludente? Sendo assim, os principais pontos do complexo estão destacados na Figura 1.

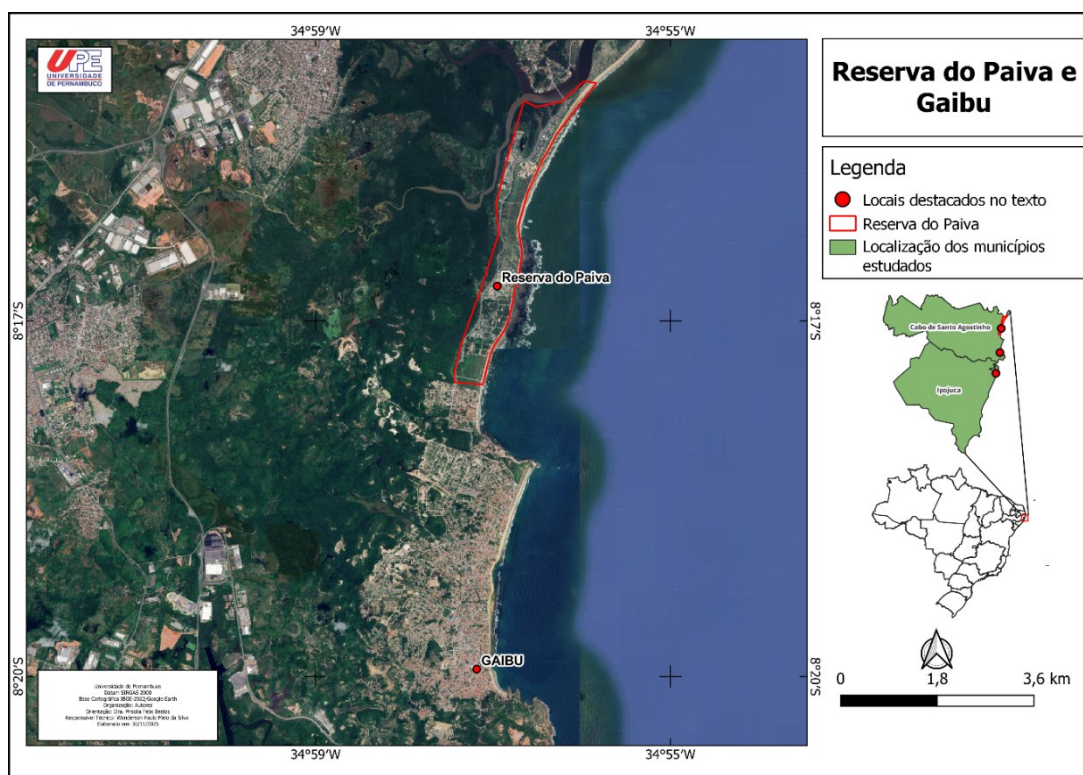
Figura 1 – Mapa Temático apontando os pontos principais do CIPS



Fonte: Base de dados IBGE, 2022/Google Earth.
Elaboração: Autores (2025).

A Figura 1 apresenta um mapa temático com os principais pontos do CIPS, permitindo visualizar a espacialização dos empreendimentos e seus impactos no território. O mapa destaca as áreas de maior concentração industrial e logística, evidenciando a presença de refinarias, estaleiros e terminais portuários, que simbolizam o papel estratégico de Suape na economia regional e nacional. Também se observa a fragmentação socioespacial gerada pela expansão do complexo: de um lado, a Reserva do Paiva, planejada e destinada a grupos de maior poder aquisitivo; de outro, localidades como Gaibu, onde prevalece a economia informal e o turismo sazonal (Paiva e Gaibu destacados na figura 2). Além disso, o mapa sinaliza áreas ambientalmente sensíveis, como manguezais e ecossistemas costeiros, que sofrem pressão em função das atividades industriais. Dessa forma, a representação cartográfica sintetiza a contradição central analisada neste estudo: a coexistência entre dinamismo econômico, desigualdades sociais e riscos ambientais no entorno do CIPS.

Figura 2 – Mapa Temático apontando a Reserva do Paiva em relação à Gaibu



Fonte: Base de dados IBGE, 2022/Google Earth.
Elaboração: Autores (2025).

Nesta figura, percebemos que existe uma reserva destinada a pessoas de alto poder aquisitivo, enquanto existe uma lacuna de infraestrutura e políticas públicas para a população que vive em Gaibu. Dessa forma, é fundamental que haja debates sobre o destino de verba pública relacionada a infraestrutura organização urbana a cerca destas temáticas.

3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, voltada à compreensão da relação entre o CIPS e os moradores do bairro de Gaibu, no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco. Onde o empreendimento está situado em dois municípios de Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. O estudo foi desenvolvido a partir da observação de aulas temáticas do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco, bem como da análise de referenciais bibliográficos relacionados ao tema. Além disso, realizou-se trabalho de campo no bairro de Gaibu, com o objetivo de compreender os

efeitos socioeconômicos e ambientais da presença do CIPS no cotidiano da comunidade local. A amostra foi composta por 20 (vinte) participantes, selecionados de forma não probabilística por conveniência. Os entrevistados possuíam idades entre 40 e 65 anos, faixa etária escolhida por concentrar moradores que vivenciaram diretamente o processo de instalação e expansão do porto, possibilitando uma análise mais consistente das mudanças ocorridas no território. O percentual de pessoas entrevistadas equivale a 0,00983% de um total de 203.440 pessoas., que vivem no bairro de Gaibu.

Como instrumento de coleta, utilizou-se um questionário semi-estruturado, contendo seis perguntas fechadas (do tipo sim/não/não sei) e duas perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas presencialmente e as respostas registradas manualmente pelos pesquisadores. Para análise, os dados oriundos das questões fechadas foram tratados por meio de estatística descritiva simples, permitindo a elaboração de gráficos e a identificação de padrões de resposta. Já as questões abertas foram analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo, possibilitando a organização das falas em categorias temáticas e a interpretação crítica das percepções manifestadas pelos entrevistados.

Reconhece-se como limitação da pesquisa o número reduzido de participantes, bem como a restrição da faixa etária considerada. Sugere-se que estudos futuros ampliem a amostra, incluindo diferentes gerações, trabalhadores diretamente ligados ao porto e comunidades tradicionais afetadas, de modo a enriquecer a compreensão da complexa dinâmica socioambiental associada ao Complexo de Suape.

4 Resultados e Discussão

Ao observar a natureza da produção do espaço, alguns fatores devem ser levados em consideração, em primeiro lugar, assim o espaço corresponde a uma formação ativa, devidamente planejada, nada é espacializado no tecido de maneira dispersa, muito menos sem sentido. Considerando cada elemento, como parte de um todo complexo e organizado.

Deste modo, a especialização dos serviços em consoante com o capital, definem as relações existentes no geral, a exemplo, a demanda e a oferta de serviços num determinado contexto alteram gravemente o movimento da rede urbana. Portanto, “torna-se oportuno insistirmos que o espaço urbano é um produto, resultado de diversas combinações de relações espaciais, materiais e sociais existentes na cidade.” (Washington, 2010, p. 21).

A integração de cada elemento, confirma o papel que cada agente tem na produção do espaço, a cidade por sua vez, surge como o palco principal dessas relações que são promulgadas principalmente

pela força do aparato financeiro. A dinâmica dessas articulações coloca em iminência aqueles que interagem e transformam o contexto espacial de maneira mais intensa, o redefinindo-o e colocando suas prioridades na regra do jogo.

Dentre os principais produtores têm-se o estado, as grandes empresas privadas e os grupos menos favorecidos, ambos com características distintas, mas que interagem entre si. Corrêa (1995), discorre que a cidade é simultaneamente fragmentada e articulada, ao observar o que foi mencionado anteriormente, a fragmentação vem condicionada a espaços que não são integrados graças a conflitos de classes sociais, porém, ao mesmo tempo que são heterogêneos nesse pensamento, eles são articulados na premissa básica de dependência, sobretudo financeira.

A alusão de centro e periferia, ou colônia e metrópole, exemplifica a colocação, afinal, todos estão contidos dentro da mesma lógica de produção capitalista do espaço. O polo de Suape, foi planejado pelo estado, com a participação direta de outros agentes produtores, a exemplo dos grupos sociais e das grandes corporações privadas que ali estão edificadas.

Compreender todo o território é dificultoso, haja vista a dimensão das atividades e elementos postos nos espaços. Todavia, se nos comprometemos a observar a perspectiva não do porto, mas sim daqueles que sobrevivem na região de Gaibu, a ideia é de entender a totalização da área através das visões dos moradores. Questões sobre possíveis influências, fluxos e fixos de Suape, serão compartilhadas a seguir, mediante análises dos questionários propostos.

De antemão, os fatores que ocorrem na realidade do porto não são incomuns, ao passo que o estado se propõe a descentralizar suas zonas de desenvolvimento, todo um complexo é remanejado para essa nova área, quer seja de maneira programada ou não. Paul Singer (1973), descreve no livro economia política da urbanização, todo contexto que surge diante de um polo industrial. Para o autor, um elemento por mais simples que seja provoca alterações nos fluxos espaciais, e em seus fixos, e novas demandas são criadas a fim de atender um nicho específico.

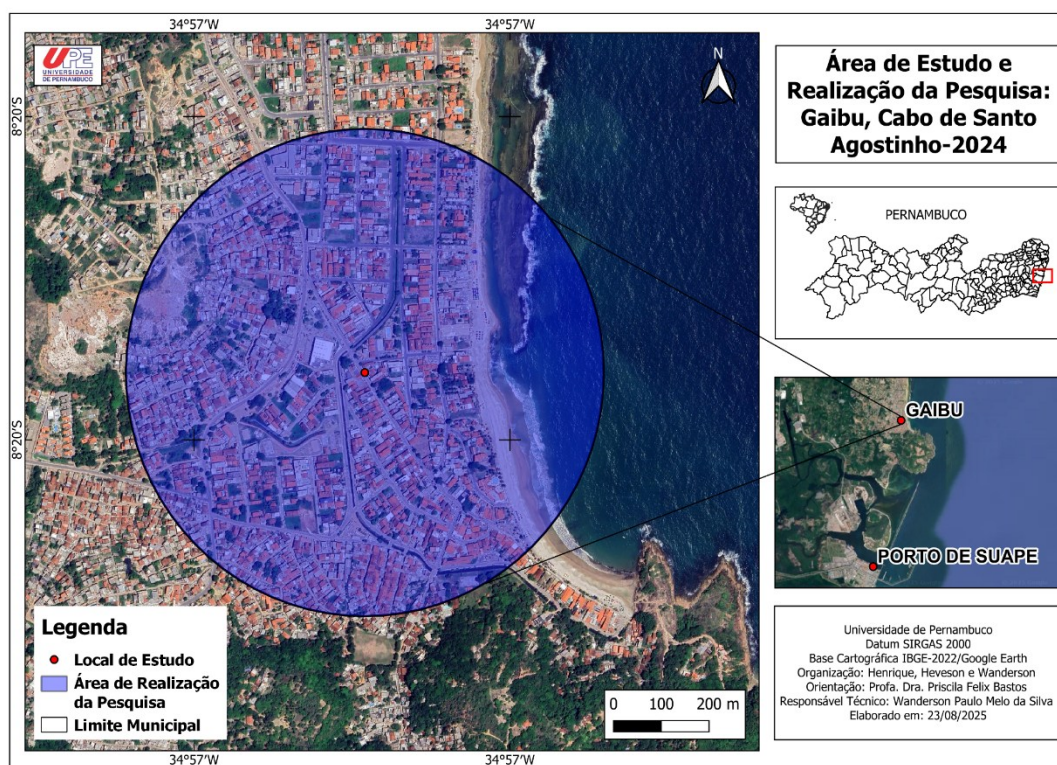
O exemplo de Suape, integra-se a esse pensamento, já que tudo foi moldado a benefício do complexo, infraestrutura foi posta, mão de obra foi contratada, novos estabelecimentos surgiram por iniciativa do empreendimento principal, além de novos serviços serem condicionados de forma complementar, tais como, o terciário. Segundo Santos;

O espaço, ao ser organizado pelas atividades econômicas, ganha formas e funções específicas que se ajustam às necessidades do capital, criando centralidades e reorganizando as anteriores. Essa dinâmica é mais evidente nos serviços, que conformam um espaço terciário cada vez mais especializado (Santos, 1996, p.116).

Gaibu, para colocação supracitada, é uma centralidade urbana que se nutre do complexo de Suape, para dinamização de sua economia, conhecida como praia dos trabalhadores, se tornou um

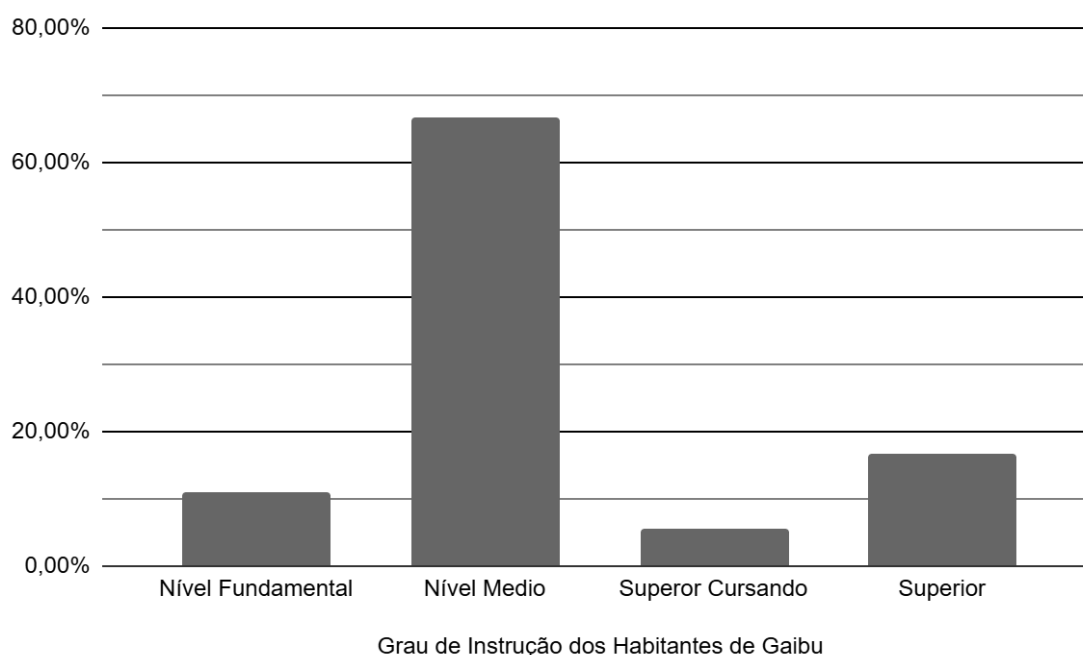
ótimo custo-benefício para aqueles que exerciam atividades ali, indo de encontro às novas demandas. Entretanto, o modelo de estado e as graves crises provocaram mudanças severas na realidade espacial, a troca de efetividade pública atrelado a fala de uma política de estado, trouxeram uma recessão e crise devido à política contrária a um estado, não interventor de sua economia, acarretando severas complicações, para as classes menos favorecidas que dependiam do fluxo contínuo de pessoas para garantir sua subsistência. “A expansão do setor de serviços e a globalização econômica não apenas transformam as cidades em mercados, mas também estabelecem circuitos de consumo e interação que reforçam novas formas de desigualdade espacial.” (Harvey, 2005, p.81). A Figura – 3, representa o local de realização da pesquisa.

Figura 3 – Mapa Temático dos Locais Estudo.



Fonte: Base de dados IBGE, 2022/Google Earth.
Elaboração: Autores (2025).

Diante das colocações postas, o referido trabalho visa abarcar a relação complexa existente entre o porto de Suape e os moradores de Gaibu, de acordo com o questionário que obteve 18 respostas. A seguir, o gráfico 1 que contém a primeira pergunta, enfatiza o grau de instrução dos moradores.

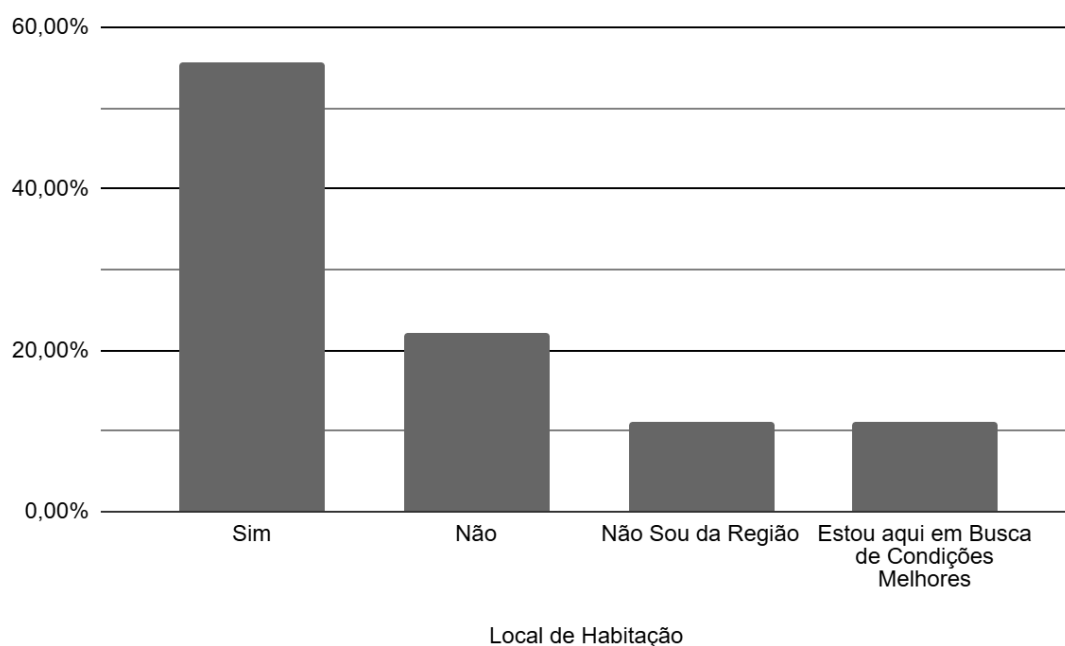
Gráfico 1 – Grau de instrução dos moradores

Fonte: Levantamento de dados no campo (2024).

O gráfico 1, demonstra como a regra dos polos espalhados pelo mundo, são as mesmas, ao observar a quantidade que sobressai pode-se insinuar que o complexo não consegue abranger para si essa população de forma direta. Ou se caso conseguiu foi apenas no período de sua expansão, onde necessariamente precisaria de uma imensa mão de obra, para levantar os empreendimentos.

E logo após isso, essa massa fica ao descaso, não conseguindo ser absorvida novamente graças a um baixo nível de instrução e ausência de capacitação devida para eles. Todavia o nível alto de instrução revela uma aptidão gigante dessa população a viver da informalidade, baseada na comercialização de produtos alimentícios, turísticos entre outros, ressaltando que o perímetro do recorte é banhado pelo mar, detendo um potencial turístico importante para região.

O gráfico 2, diz respeito à naturalidade dos moradores, se são do município do Cabo de Santo Agostinho, ou não, e quais suas implicações.

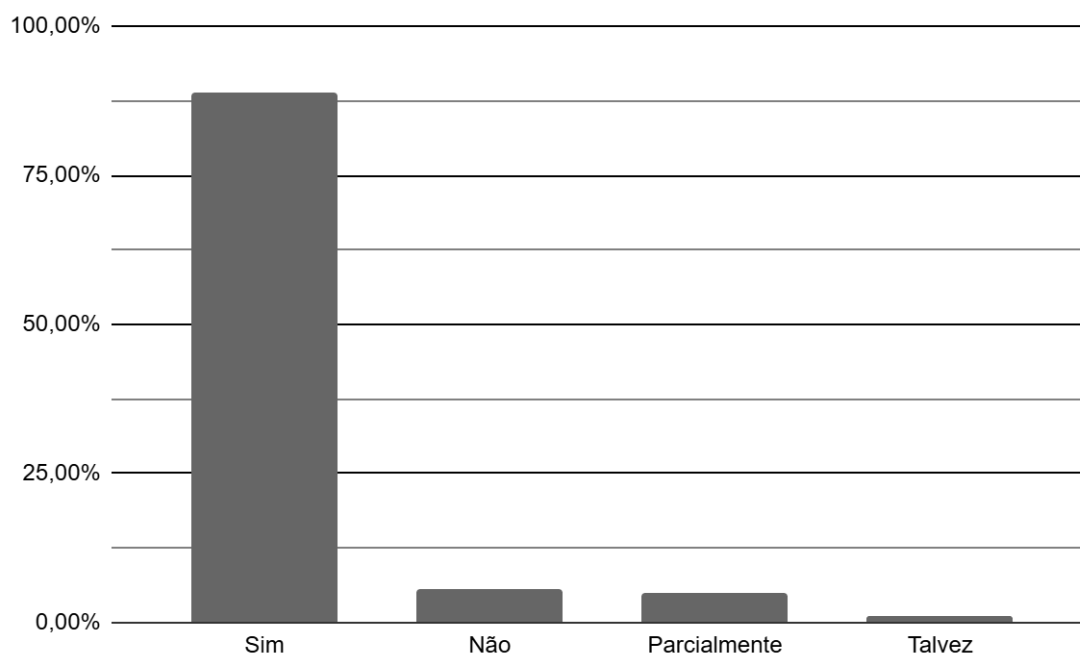
Gráfico 2 – Você é natural deste município?

Fonte: Levantamento de dados no campo (2024).

Como mencionado anteriormente, o polo sofreu com constantes crises que provocaram sua estagnação, sem contar a pandemia do novo coronavírus que desencadeou vários prejuízos e perdas. Foi mencionado que Suape impacta diretamente a realidade da região como um todo, e com Gaibu, não poderia ser diferente ao observar que mais de 55% são naturais do município, evidencia que só quem ainda permanece, são aqueles que mantêm um vínculo ativo com a cidade, quer seja familiar ou de trabalho.

Outra parcela dos entrevistados, afirmou que não são naturais, assim como também responderam que vieram em busca de melhores condições. Nesse cenário, o que pode ser cogitado é que para esses, aos poucos o porto está retomando de forma limitada seu potencial, podendo atrair assim novas pessoas visando uma melhor situação econômica como um entrevistado disse “quanto mais gente trabalhando no porto, mais a gente ganha. Já que eles preferem vim para cá” outro ressaltou sobre a linha do tempo que a região passou “o boom de Suape e do comércio daqui foi de 2009 a 2014, devido à copa do mundo, estaleiro e tudo mais, de 2015 a 2019 as vendas foram diminuindo, praias sem gente, hospedagens sem ninguém, porque aqui é tido como praia de operários. Em 2020 foi voltando a normalidade, mas nada como era antes.” Essas foram respostas de pessoas que são naturais do município e viram o processo de transformação desse espaço de forma direta.

O próximo gráfico incumbe a pergunta de geração de empregos perante o espraçamento da atividade portuária (Gráfico 3).

Gráfico 3 – O porto de Suape gera empregos?

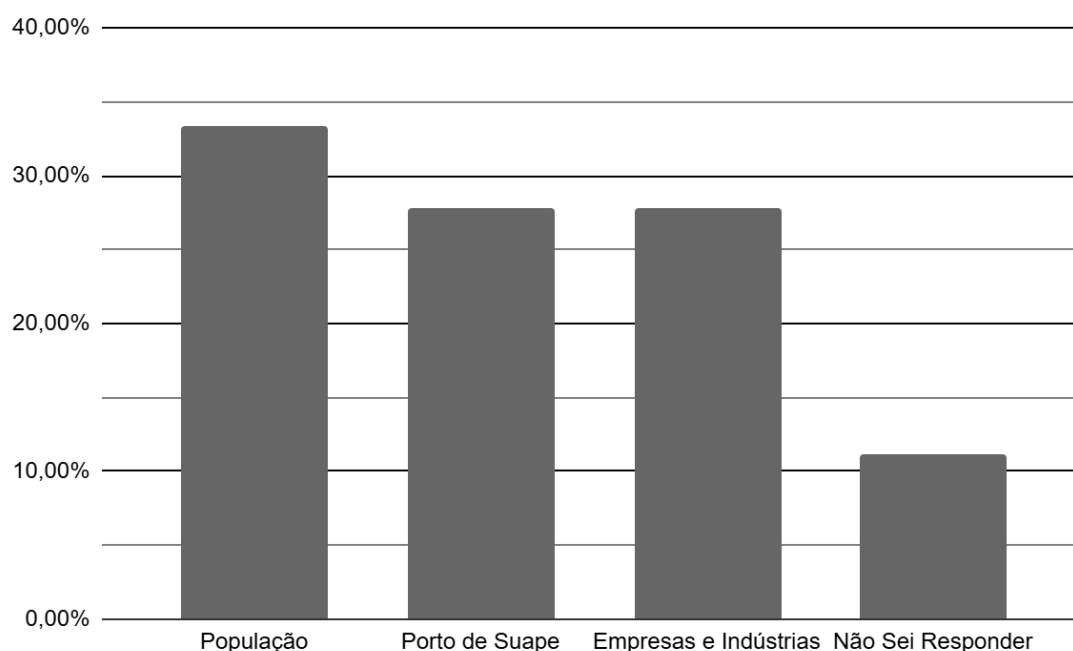
Fonte: Levantamento de dados no campo (2024).

A pergunta acima trata-se de uma constatação evidente, 88,9% opinaram a respeito não apenas de uma parte específica, mas sim do todo. Um conjunto que relaciona serviços diretos e indiretos. Como foi citado no início da discussão, um polo de desenvolvimento é uma integração de zonas que existem para o fortalecimento do próprio polo, como foi o caso de Gaibu. Uma área criada e desenvolvida para atender uma demanda de um nicho de trabalhadores. E aumentando e muito o número de vendas, negociações nos períodos de alta oferta.

Em paralelo a este exemplo, tem-se a realidade da Reserva do Paiva, um espaço planejado para atender o capital, aqueles que mandam no porto e dominam o capital do estado em cenário e escala, regional, nacional e mundial. Já que o que acontece nessa outra delimitação espacial tem a ver com a alta especulação financeira e os olhares para um porto que detém relações internacionais e um status de um dos melhores complexos portuários da América Latina.

Sendo assim, não daria para colocar esses grandes fluxos de investidores, num local com operários, deveria ser posto um novo lugar e esse lugar foi a intocada Reserva do Paiva. A própria observação empírica já evidencia a desigualdade que existe entre os espaços. Fecho a colocação com Corrêa (1995) “o espaço urbano é organizado e articulado a uma série de interesses estabelecidos”.

A análise do quarto gráfico evidencia a articulação de inúmeros agentes que produzem o espaço, interagindo e mantendo relações entre si.

Gráfico 4 – Os agentes juntos, a benefício de quem?

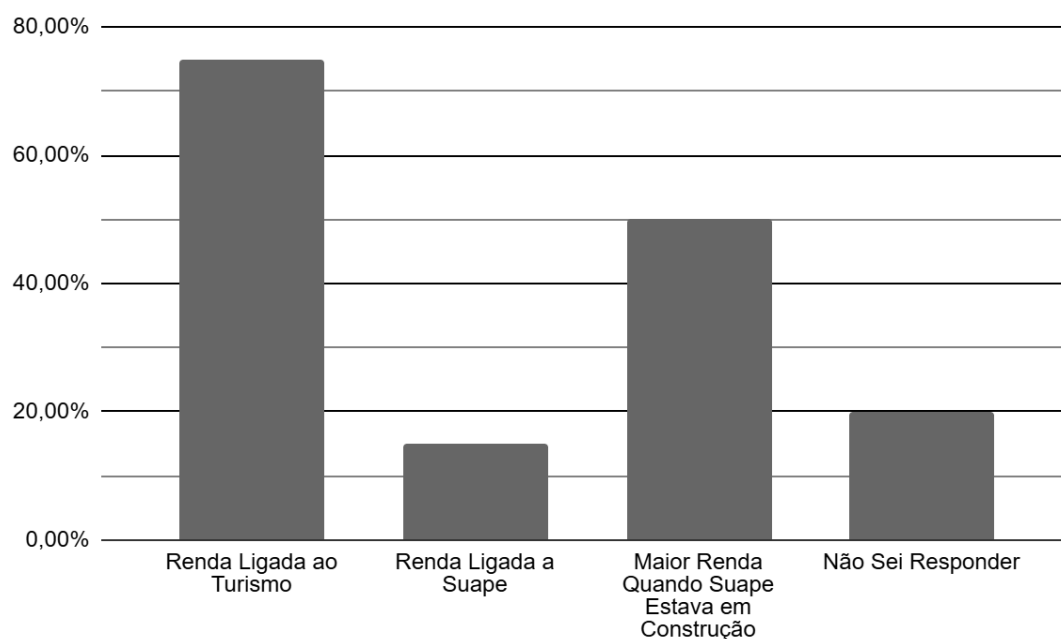
Fonte: Levantamento de dados no campo (2024).

O gráfico 4 acima visa entender a realidade através da totalização, sendo a compreensão do espaço através de sua forma dinâmica de extrema e constante transformação. Desta forma a natureza do recorte geográfico busca abranger os protagonistas que desenvolvem o espaço, nesse processo perceptível perceber o Estado agindo e modificando determinado lugar para favorecer uns, em detrimento de outros, assim como a iniciativa privada molda e expande o porto de maneira rápida a sociedade que vive no entorno não se beneficia de forma direta dessas modificações. A pergunta busca compreender para quem esse conjunto de obras são destinadas.

O resultado evidenciou uma verdadeira mescla, não podemos tirar o fato que a população se beneficia da infraestrutura existente, mas em alguns contextos isso se mostra bem mais maléfico, basta ver o pedágio para adentrar em determinado lugar, entre outros. A iniciativa privada ganha e muito além de aumentar sua linha e malha industrial visando o lucro, e o crescimento. Os resultados evidenciam que, embora o Complexo de Suape seja reconhecido pela população como um importante gerador de empregos e dinamizador da economia, a percepção dos moradores também revela uma clara insatisfação com a distribuição desigual desses benefícios. O alto índice de respostas afirmando que o porto gera empregos contrasta com as dificuldades enfrentadas por muitos entrevistados, que relataram precarização das condições de trabalho, instabilidade nas contratações e dependência de atividades informais para complementar a renda.

Além disso, observou-se que parte significativa dos moradores associa Suape ao turismo indireto, destacando o aumento da circulação de pessoas em determinados períodos (gráfico 5). Contudo, essa relação mostra-se frágil e instável, visto que crises econômicas e eventos externos, como a pandemia da COVID-19, reduziram drasticamente o fluxo turístico, impactando imediatamente a subsistência local.

Gráfico 5 – Qual era a relação da população com Suape na sua construção, e turismo local?



Fonte: Levantamento de dados no campo (2024).

Tendo em vista o resultado que obtivemos com esses gráficos, concluímos que dentro da sua formação, e construção, o porto beneficiou os moradores da região. No que diz respeito aos impactos ambientais, a população por falta de informação, ou por julgar mais importante, entende que a questão econômica não prejudica o meio ambiente. Essa percepção indica a necessidade de conscientização e educação ambiental para que a população local compreenda a importância de equilibrar desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e preservação ambiental, visando o crescimento em todos os segmentos. Gaibu, por ser um bairro litorâneo, atrai vários turistas e a renda local é majoritariamente proveniente do turismo. Um dos fatores que mais preocupam os moradores é o risco de um desastre ambiental, por conta dos produtos que são produzidos e importados no complexo portuário, como combustíveis e produtos químicos. Esse receio se intensifica pela possibilidade de vazamentos ou acidentes envolvendo substâncias químicas e poluentes que poderiam afetar diretamente

o ecossistema marinho e a qualidade das praias. Impactando diretamente a economia local, que depende fortemente do turismo.

Do ponto de vista ambiental, os resultados indicam um distanciamento entre a percepção da população e os efeitos reais do complexo sobre os ecossistemas costeiros. Muitos entrevistados priorizam o aspecto econômico em detrimento das questões ambientais, reforçando a necessidade de programas de conscientização e educação ambiental. A falta de informação adequada sobre riscos de acidentes, vazamentos químicos e degradação de manguezais pode levar a uma naturalização dos impactos negativos.

A análise também confirma a fragmentação socioespacial resultante da presença do porto. Enquanto áreas nobres, como a Reserva do Paiva, consolidam-se como espaços planejados para elites e investidores, bairros como Gaibu permanecem marcados pela informalidade, desigualdade e carência de infraestrutura básica. Essa realidade dialoga com as reflexões de Harvey (2005), que aponta a urbanização como um processo indutor de novas formas de desigualdade espacial.

Portanto, os resultados apontam que o crescimento proporcionado por Suape não tem se traduzido de forma plena em desenvolvimento para todos. Ao contrário, reforça um modelo de modernização seletiva, que privilegia determinados grupos e atividades, ao mesmo tempo em que marginaliza populações locais. Essa conclusão coloca em evidência a importância de repensar políticas públicas que promovam maior inclusão social, redistribuição de benefícios econômicos e proteção ambiental.

Desse modo, é importante destacar como limitação da pesquisa o número reduzido de entrevistados, restrito a uma faixa etária específica. Futuras investigações podem ampliar a amostra, incluindo jovens, trabalhadores diretamente ligados ao porto e representantes de comunidades tradicionais, de modo a enriquecer a compreensão da complexa relação entre Suape, desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental. Portanto, se faz necessário abarcar essas situações e refletir sobre a quem e a que interesses os agentes estão a serviço.

Considerações

Portanto, o Porto de Suape atua como um ponto estratégico de entrada e saída de mercadorias no Brasil, desempenhando um papel crucial na movimentação de cargas dentro do território brasileiro, tornando-se uma peça fundamental nesse processo de funcionamento dinâmico entre as esferas econômicas e sociais da região de Gaibu, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, fornecendo emprego e infraestrutura que sustentam boa parte da economia local. Assim, atuando como grande gerador de

oportunidades, o complexo portuário atrai pessoas e investimentos, promovendo uma movimentação econômica significativa tanto no ambiente local quanto estadual e nacional. No entanto, o impacto de Suape vai além dos benefícios econômicos, a relação entre o porto e a população de Gaibu, Cabo e Ipojuca revela também desafios sociais e ambientais que se intensificam devido à fragmentação socioespacial e às desigualdades resultantes da organização do espaço, muitas vezes orientada pelo capital.

Portanto, para a comunidade local, particularmente para aqueles que dependem do turismo e da informalidade para sobreviver, o porto é percebido tanto como um propulsor de desenvolvimento quanto como uma fonte de incerteza. Ademais, o receio de catástrofes ambientais e a demanda por políticas governamentais que harmonizem crescimento e sustentabilidade evidenciam a exigência de um planejamento urbano que considere as necessidades da comunidade local. Assim, o exemplo do Porto de Suape destaca a relevância de um crescimento econômico mais inclusivo, que leve em conta o bem-estar da comunidade e a conservação do meio ambiente, favorecendo um equilíbrio mais harmonioso entre o avanço industrial e a qualidade de vida dos habitantes da área.

Os resultados obtidos permitem afirmar que o Complexo Industrial Portuário de Suape se consolidou como um dos principais motores de crescimento econômico de Pernambuco, mas que esse crescimento não se traduz de maneira equitativa em desenvolvimento social e ambiental. As entrevistas realizadas em Gaibu mostram que, embora a população reconheça a importância do porto na geração de empregos e na dinamização da economia, também manifesta insatisfação com a desigualdade na distribuição dos benefícios, a instabilidade laboral e a fragilidade da economia local diante das crises externas.

Do ponto de vista ambiental, observa-se um distanciamento entre a percepção popular e a realidade dos impactos causados pelo complexo. Enquanto os moradores tendem a priorizar os ganhos econômicos imediatos, processos de degradação dos manguezais, risco de acidentes industriais e ameaça ao turismo local revelam uma vulnerabilidade crescente que pode comprometer a sustentabilidade futura da região.

Assim, conclui-se que o modelo de desenvolvimento promovido por Suape reforça uma lógica de modernização seletiva, marcada pela fragmentação socioespacial, onde áreas privilegiadas, como a Reserva do Paiva, concentram capital e infraestrutura, enquanto localidades como Gaibu permanecem dependentes de atividades informais e do turismo sazonal.

Para que o Complexo de Suape cumpra um papel efetivamente desenvolvimentista, torna-se imprescindível a adoção de políticas públicas que:

- assegurem maior inclusão da população local nas oportunidades geradas;

- invistam em qualificação profissional e diversificação econômica;
- implementem medidas mais rigorosas de preservação ambiental

Com estes pontos, fortalecem a educação ambiental, para que a comunidade compreenda e participe ativamente da gestão do território.

Dessa forma, o exemplo de Suape evidencia a necessidade urgente de se repensar modelos de crescimento baseados apenas no capital, em favor de estratégias que conciliam progresso econômico, justiça social e conservação ambiental. Somente assim será possível garantir que o avanço industrial caminhe lado a lado com a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno e com a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros.

Referências

- BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa; UCHOA, Terezinha Matilde de Menezes; DUARTE, Maria Tereza Menezes Bezerra. Impactos ambientais sobre o manguezal de Suape-PE. **Acta Botanica Brasilica**, v. 3, p. 9-27, 1989.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DOS SANTOS, Mariana Olívia Santana et al. Suape: desenvolvimento para quem? – Documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 4, n. 4, p. 60-70, 2016.
- FERREIRA, George Luiz Baracho et al. **Impactos socioambientais causados pelos empreendimentos do Complexo Industrial de Suape na comunidade Quilombola Ilha das Mercês**. Instituto Federal de Pernambuco – Campus Recife, 2023. 50 f. Trabalho apresentado no curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural. Orientador: Wedmo Teixeira Rosa.
- GOOGLE EARTH. Pernambuco. Imagens de satélite. [S.l.]: **Google**, 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados do Censo Demográfico 2022: malha territorial e informações estatísticas para produção cartográfica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- LAGO, Washington Luiz Silva. O polo médico-hospitalar do Recife e a espacialização dos seus equipamentos de saúde: polo de crescimento ou de desenvolvimento? 2016. 171 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ZEST ARTES. Suape: desenvolvimento pra quem? Direção: **Zest Artes**. [S.l.]: Zest Artes, 2015. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xargRbGpSqI>. Acesso em: 24 out. 2024.